

O Opus Dei denuncia uma grave manipulação com fins mediáticos de uma investigação judicial na Argentina

Comunicado do Gabinete de
Comunicação Internacional de
28 de julho de 2025.

28/07/2025

**No âmbito da investigação judicial
sobre a situação pessoal de uma
mulher enquanto fez parte do**

Opus Dei, o advogado queixoso declarou aos meios de comunicação que solicitou que o prelado do Opus Dei, Mons. Fernando Ocáriz, fosse chamado a manifestar a sua posição sobre os factos. A prelatura considera que este pedido – sem fundamento factual ou jurídico – se insere numa estratégia mediática enganosa e contínua que, desde o início, tentou deturpar os fins de uma investigação penal para tratar de uma reclamação laboral de natureza económica.

O processo, no seu conjunto, representa uma tentativa de manipular a aplicação de uma figura penal (o tráfico de pessoas) que não tem relação com os factos narrados pela denunciante, e muito menos com a realidade do Opus Dei. Está a ser utilizado o foro penal – que deveria ter como objetivo a investigação de crimes e a procura da justiça – para alcançar um fim

económico, desvirtuando assim o sentido e a função deste instrumento judicial.

Este último pedido volta a basear-se em suposições, sem apresentar elementos concretos que justifiquem tais alegações. Procura-se assim alargar artificialmente o objeto da investigação penal a pessoas cuja ligação direta com os supostos factos narrados pela denunciante é inexistente. É preocupante que esta dinâmica de instrumentalização e deturpação do processo penal se repita com o intuito de ampliar o impacto na opinião pública e exercer pressão sobre o sistema de justiça. Algo que vimos recentemente com o pedido para que Mons. Mariano Fazio fosse chamado a depor, acompanhado de uma encenação mediática orquestrada.

Como já foi anteriormente referido, o conflito começou nos meios de

comunicação como uma queixa por inconsistências nas contribuições sociais e laborais. Mais tarde, evoluiu para uma ação civil por perdas e danos, e acabou por se transformar, em agosto de 2024, numa acusação de uma pessoa que afirma ter sido vítima do crime de “tráfico de pessoas”. Para construir esta denúncia, procede-se a uma completa descontextualização da vocação que as numerárias auxiliares do Opus Dei escolhem livremente.

Lamentamos que os mecanismos judiciais estejam a ser utilizados para sustentar uma narrativa fabricada que visa imputar culpas sem base nos factos realmente ocorridos. É fundamental preservar a seriedade institucional da Justiça e garantir que os processos se desenvolvam com objetividade, sem pressões externas e com pleno respeito pelo princípio da presunção de inocência.

A prelatura do Opus Dei insiste em rejeitar estas alegações e mantém a sua total disponibilidade para colaborar com as autoridades judiciais, confiando que a verdade prevalecerá.

- **Para mais informações sobre esta investigação:** Perguntas e respostas sobre a investigação judicial na Argentina
-

pdf | Documento gerado automaticamente a partir de <https://opusdei.org/pt-pt/article/o-opus-dei-denuncia-uma-grave-manipulacao-com-fins-mediaticos-de-uma-investigacao-judicial-na-argentina/> (13/02/2026)